

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]
[Handwritten mark]



RELATÓRIO E CONTAS

2017



ÍNDICE

n

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
BALANÇO.....	21
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	23
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	25
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	27
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	30
ANEXO	32
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	49
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	51



ECHE

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]
[Handwritten mark]

RELATÓRIO DE GESTÃO



EX.^{MOS} SENHORES SÓCIOS DA H-TECNIC CONSTRUÇÕES, LDA.:

No cumprimento das disposições legais e estatutárias vimos submeter à apreciação de V. Ex.^{as} o relatório de gestão, as demonstrações financeiras, bem como a proposta de aplicação de resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017:

RELATÓRIO DE GESTÃO

2017

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL

1.1 A nível internacional

A economia global, em 2017, manteve a trajetória de crescimento que se tem verificado desde meados de 2016. Esta recuperação cíclica deverá continuar a ganhar força, suportada essencialmente pelo investimento, produção industrial e comércio. De acordo com o Banco Mundial, esta melhoria vai ao encontro de um cenário de condições financeiras favoráveis, caracterizado por políticas expansionistas, confiança crescente e fixação do preço das *commodities*. Em 2016, o crescimento do PIB foi de 2,4%, e para 2017 estima-se que tenha aumentado para 3,0%.

Esta recuperação é visível, globalmente, uma vez que os crescimentos aumentaram em metade das economias mundiais. Em particular, o crescimento do investimento global – que representa três quartos da aceleração global do crescimento do PIB de 2016 a 2017 - foi suportado por custos de financiamento favoráveis, lucros crescentes e melhores sentimentos de negócios nas Economias Avançadas e Mercados Emergentes e em Desenvolvimento. Este cenário tem impulsionado substancialmente as exportações e importações globais num horizonte temporal de curto prazo.

Estima-se que o crescimento de 2,3% nas economias avançadas, em 2017, ficou a dever-se a uma recuperação dos gastos de capital e do nível de stocks, e fortalecimento da Procura Externa. Apesar de todas as grandes economias terem experienciado um crescimento, a melhoria mais significativa, comparativamente ao que era esperado, foi na Zona Euro.

Nos Estados Unidos, o crescimento aumentou em 2017 para um valor estimado de 2,3%, apoiada pelo investimento privado. A recuperação refletiu uma diminuição nos ajustamentos de capacidade do setor energético, lucros crescentes, enfraquecimento do dólar e uma procura externa robusta.



Na Zona Euro, em 2017, estima-se que o crescimento tenha atingido cerca de 2,4%, com melhorias em termos gerais nos países membros. O crescimento foi, essencialmente, impulsionado por estímulos políticos e pelo fortalecimento da procura global. Em particular, o crédito ao setor privado continuou a responder aos estímulos do Banco Central Europeu, e tanto a procura interna quanto o crescimento das importações foram robustos.

No Japão, o crescimento foi 1,7%, em 2017. A procura interna desenvolveu-se com base na recuperação gradual das despesas de consumo e investimento, e devido à implementação de um pacote de estímulos fiscais. As exportações aumentaram em resposta ao fortalecimento da procura global, mas a contribuição das exportações líquidas para o crescimento permaneceu inalterada, na medida em que as importações também registaram um incremento.

Nos mercados Emergentes e em Desenvolvimento o crescimento acelerou para 4,3% em 2017, refletindo a consolidação da exportação de *commodities* e o crescimento sólido e contínuo da importação deste tipo de bens. A melhoria da atividade económica entre os exportadores de *commodities*, ocorreu à medida que países chave, como o Brasil e a Rússia, saíram da recessão, os preços da maioria das *commodities* subiu, a confiança melhorou, houve um distanciamento das políticas contracionistas e o investimento aumentou.

Na China, estima-se que o crescimento tenha atingido 6,8% no ano em análise, refletindo o apoio fiscal e os efeitos das reformas, bem como a recuperação das exportações líquidas.

As projeções apontam para um crescimento global de 3,1% em 2018, abrandando para uma média de 3,0% em 2019-2020.

O preço do petróleo, registou um aumento de cerca de 20% entre agosto de 2017 e início de 2018 para mais de USD \$60 por barril, mas é expectável que diminua gradualmente nos próximos 4-5 anos, de acordo com o FMI. O incremento nos preços dos combustíveis levou a um aumento da inflação nas economias avançadas, contudo a inflação dos salários manteve-se menos expressiva. Nas economias de mercado emergentes, a inflação aumentou no início de 2018, após ter caído no início de 2017.

Já no mercado das obrigações e ações, as expectativas quanto à trajetória das taxas de juros da Reserva Federal dos Estados Unidos aumentaram em 2017. O Banco da Inglaterra aumentou a taxa de juro, pela primeira vez desde 2008, e o Banco Central Europeu anunciou que irá reduzir as suas compras líquidas de ativos a partir de janeiro e manter as taxas em níveis (historicamente) baixos. O preço das ações nas Economias Avançadas continuou a subir, bem como nos Mercados Emergentes.



Em termos de políticas cambiais, a partir do início de janeiro de 2018, o dólar americano e o euro permanecem praticamente inalterados comparativamente a agosto de 2017, em termos reais efetivos. O iene japonês desvalorizou 5%, enquanto a libra esterlina valorizou cerca de 4%. Nas moedas dos Mercados Emergentes, o Yuan (China) subiu cerca de 2% e o Rand (África do Sul) perto de 6%.

1.2. A nível nacional

Após três anos de execução do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), Portugal conseguiu implementar em 2014 um conjunto de reformas estruturais destinadas a promover a competitividade da economia nacional, a consolidação durável das contas públicas e a estabilidade do sistema financeiro e, assim, regressar aos mercados financeiros externos, com a emissão de dívida soberana nacional.

Em abril de 2017, o Governo português apresentou o Programa de Estabilidade (PE) para o período 2017-2021, e o Programa Nacional de Reformas (PNR), que define a estratégia de médio prazo que permitirá a Portugal lançar um conjunto de reformas estruturais, destinadas a promover o investimento e contribuir para a sustentabilidade das finanças públicas. Este programa assenta nos seguintes pilares: (i) qualificação; (ii) promoção da inovação na economia; (iii) valorização do território; (iv) modernização do estado; (v) capitalização das empresas; e (vi) coesão e igualdade social.

A decisão da Standard&Poor's, anunciada em setembro de 2017, de voltar a subir o rating da dívida portuguesa para o grau de investimento (BBB-), contribuirá para uma redução dos custos de financiamento da economia portuguesa e para a estabilidade do processo orçamental e financeiro português no futuro, aumentando a notoriedade do país como destino de negócios.

De acordo com as projeções apresentadas no Boletim Económico de Dezembro de 2017, "o processo de expansão da economia portuguesa deverá manter-se nos próximos anos. Após um aumento de 2,6% em 2017, a atividade económica continuará a apresentar um perfil de crescimento ao longo do horizonte de projeção, embora a um ritmo progressivamente menor (2,3%, 1,9% e 1,7%, respetivamente em 2018, 2019 e 2020)."

A inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, aumentou significativamente em 2017, projetando-se uma taxa anual de 1,6%, após um aumento de 0,6% em 2016. Para a aceleração dos preços em 2017 contribuirão tanto a componente energética como a não energética. Ao longo de 2018-2020, a inflação deverá estabilizar em níveis próximos de 1,50%.

A expansão projetada para a economia portuguesa tem por base uma recomposição da procura global orientada para um crescimento mais sustentável, assente no dinamismo das exportações e do investimento e



num enquadramento internacional favorável. Assim, as projeções apontam para um crescimento robusto das exportações, refletindo aumentos da procura externa e ganhos de quota de mercado.

Para 2018, o Banco de Portugal (BdP) espera um crescimento de 6,5% nas exportações, seguindo-se de 5% em 2019 e 4,1% em 2020, prevendo-se que o volume de exportações relativas ao turismo mantenha um crescimento superior ao das exportações totais. O turismo é atualmente o segundo motor mais potente da economia, e quase tão importante quanto as indústrias metalomecânica, química, de máquinas e de automóveis, para a expansão do volume de exportações totais.

Quanto ao investimento, estima-se que, após uma aceleração muito significativa em 2017, para 8,3%, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) irá manter um ritmo de crescimento significativo, embora progressivamente mais moderado, com uma variação de cerca de 6% em 2018-2019 e de 5,4% em 2020.

O consumo privado deverá manter um crescimento inferior ao da atividade, com aumentos de cerca de 2,1% em 2017 e 2018, e em torno de 1,8% em 2019 e 2020. Ainda de acordo com o Boletim Económico de Dezembro de 2017, verifica-se que esta evolução está em linha com a do rendimento disponível real, o que se deverá traduzir numa taxa de poupança globalmente estável ao longo do horizonte de projeção.

Quanto ao mercado do trabalho, este deverá acompanhar a trajetória positiva da atividade económica, registando uma evolução favorável com a continuação do crescimento do emprego (+3,1% em 2017). De salientar que a taxa de desemprego tem vindo a baixar nos últimos anos, atingindo 8,9% da população ativa em 2017, tendência que se deverá manter em 2018 (8,2%).

A economia portuguesa irá manter uma situação de capacidade de financiamento em percentagem do PIB ao longo do horizonte de projeção. O excedente da balança corrente e de capital em percentagem do PIB deverá aumentar moderadamente no período 2018-2020. O aumento da capacidade de financiamento em 2018-2020 traduz hipóteses favoráveis relativas à evolução dos juros da dívida pública e, em 2018, ao perfil de recebimentos de fundos estruturais da União Europeia.

1.3. Sector da Construção Civil e Obras Públicas

Em 2017, o crescimento do montante das obras públicas lançadas a concurso intensificou-se logo a partir de janeiro, devido essencialmente à realização de eleições autárquicas no último trimestre de 2017. Em agosto desse ano foi atingido o valor máximo (+91%, em termos homólogos), momento a partir do qual abrandou até aos +62%, apurados no final de dezembro. Nessa sequência, o mês inicial de 2018 registou uma acentuada quebra homóloga, baixando o nível do investimento público, avaliado através dos anúncios de empreitadas de obras públicas (menos 58% do que no período homólogo), para valores que não eram observados desde 2015.



[Handwritten signature and initials]

Contrariamente, o mercado imobiliário manteve um forte dinamismo, a avaliar pela evolução dos preços de venda. De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, o valor da avaliação bancária da habitação voltou a subir em janeiro de 2018, para os 1.153€ por m², o que constitui o máximo dos últimos 7 anos, consolidando a ideia de que a atividade da construção de edifícios, nomeadamente a de manutenção/reabilitação de imóveis, será determinante no desempenho favorável do setor, na sequência de uma procura, maioritariamente estrangeira, que se deverá manter dinâmica. Assim, verifica-se que a evolução positiva dos diversos indicadores de preços neste mercado tem sido acentuada, nomeadamente nas principais cidades do País. Nas zonas limítrofes das grandes cidades também começam a existir indícios de um perfil igualmente elevado ao nível de preços do imobiliário.

A generalidade das previsões avançadas para a evolução do setor da Construção em 2018 é favorável. A Comissão Europeia antecipa um crescimento de 3,2% do investimento em construção e a FEPICOP uma evolução de 4,5% no produto do setor em 2018. A última reflete um abrandamento do ritmo de crescimento face a 2017, mas ainda assim, vem confirmar o início de um período de recuperação do setor, após a longa crise que viveu desde 2002.

De acordo com a FEPICOP, o segmento da construção de edifícios residenciais deverá crescer 7%, esperando-se que venha a constituir o principal impulso para o crescimento do setor da construção em 2018. Tendo sido o segmento que sofreu a maior quebra de produção desde 2002 (-80% ao longo de 13 anos consecutivos), é igualmente aquele que começou a recuperar de forma mais consistente desde 2015, apresentando as taxas de crescimento anuais mais elevadas desde então. A componente dos trabalhos de reparação/manutenção será a mais dinâmica, antecipando-se um crescimento de 9,7% para a sua produção em 2018, enquanto a construção nova, que evidencia uma trajetória positiva desde 2015, deverá registar um crescimento de 5,2%.

A produção do segmento dos trabalhos de engenharia civil deverá registar uma evolução de +4%, um abrandamento face ao crescimento observado em 2017, que reflete a conclusão dos trabalhos desenvolvidos aquando das eleições autárquicas do ano transato. Não obstante, as atividades de engenharia civil deverão beneficiar da esperada aceleração na execução dos projetos ao abrigo do programa Portugal 2020.

Por último, a construção de edifícios não residenciais deverá evoluir a uma taxa de +2,8% ao longo do ano, com a componente pública a crescer 4% e a componente privada 2%, em linha com a média dos dois anos anteriores. Também os trabalhos desenvolvidos por este segmento beneficiarão do reforço do investimento público, que se espera venha a concretizar-se, em parte, em programas de recuperação de edifícios públicos, nomeadamente escolas e edifícios da área da saúde.

Em linha com as perspetivas de evolução positivas, a análise às respostas dos empresários do setor aos inquéritos qualitativos do INE permite concluir que, no primeiro trimestre de 2018, os responsáveis pelas

empresas encaram de forma mais favorável a evolução do setor da Construção em geral e das suas empresas em particular, comparativamente ao período homólogo de 2016.

	Indicador de confiança	Apreciação da atividade	Perspetivas de atividade	Perspetivas de emprego
2016-I trim	-33,0	-20,0	-21,0	-19,0
2017-I trim	-25,0	-12,0	-5,0	-14,0
2018-I trim	-15,0	-7,0	-3,0	-2,0

SRE – Saldo das respostas extremas dos empresários (em %)

Porém, os empresários do setor destacam como obstáculos ao crescimento a escassez de mão-de-obra especializada e a dificuldade de obtenção de licenças.

INDICADORES DA CONJUNTURA DO SETOR DA CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS					
Indicador	2016		2017	2018	
	valor anual	Var. anual (%)		Var. homóloga acumulada (%)	
			Dezembro	Janeiro	Fevereiro
Indicadores Macroeconómicos e Financiamento					
	mil M. (€)	(%)	(%)	(%)	(%)
PIB	185,2	1,5%	2,7	-	-
FBCF - Total	28,8	1,6%	9,0	-	-
FBCF - Construção	13,9	-0,3%	9,2	-	-
VAB - Construção	6,3	-1,7%	6,7	-	-
Crédito acumulado às empresas de Construção (1)	10,8	-16,1%	-7,0	-2,9	-
Novas Operações de crédito para aquisição de habitação	5,8	44,3%	42,6	14,6	-
Emprego e Desemprego na Construção					
	milhares	(%)	(%)	(%)	(%)
Nº Trabalhadores Construção	269,9	4,5%	6,1	-	-
Nº Desempregados Construção	49,1	-22,1%	-27,9	-	-
Indicadores de Produção do setor da Construção					
	milhares	(%)	(%)	(%)	(%)
Nº de fogos novos licenciados	11,4	38,2%	23,7	-4,4	-
Nº de fogos novos concluídos	7,3	9,8%	19,0	-	-
	mil m2	(%)			
Área licenciada para habitação	2.693,6	32,1%	20,1		-
Área licenciada não residencial	2.423,5	27,2%	3,8		-
	M. (€)	(%)	(%)	(%)	(%)
Valor das Obras Públicas Promovidas	1.757,5	38,7%	61,7	-57,7	-47,4
Valor dos Contratos de empreitadas de Obras Públicas (inclui ajustes diretos)	1.150,0	16,2%	54,7	55,8	21,0
	mil Ton	(%)			
Consumo de Cimento	2.381,9	-4,4%	13,2	7,5	8,2
Valores de Produção do setor da Construção					
	M. (€)	(%)	2017 Var. anual (%)	2018 (P) Var. anual (%)	
Produção Global	10.741,8	-3,3%	5,9%	4,5%	
Edifícios Residenciais	2.730,0	5,0%	8,0%	7,0%	
Edifícios Não Residenciais	2.871,4	-1,7%	3,7%	2,8%	
Engenharia Civil	5.140,3	-8,0%	6,0%	4,0%	

Nota: Quadro construído com informação disponibilizada até 26 de março de 2018
(1) em 2016, informação relativa a dezembro (P) Previsão

Fonte: INE, IEFP, Banco de Portugal, Observatório das Obras Públicas, FEPICOP

2. EVOLUÇÃO DA H TECNIC – CONSTRUÇÕES, LDA

2.1. Volume de Negócios

(valores expressos em euros)

Evolução da atividade	Período 2017			Período 2016		
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior
Volume de negócios	5 800 841,07	(3 549 801,29)	(37,96%)	9 350 642,36	2 310 352,49	32,82%
Margem bruta - Valor	578 563,48	(85 565,73)	(12,88%)	664 129,21	(79 009,37)	(10,63%)
Margem bruta - %	9,97%	2,87%	40,43%	7,10%	(3,45%)	(32,71%)
Resultado operacional	441 898,56	(76 784,57)	(14,80%)	518 683,13	(58 375,34)	(10,12%)

Analisando a evolução do volume de negócios da Empresa verifica-se um decréscimo na atividade em 2017 de cerca de 37,96% face ao exercício de 2016, correspondendo esta variação, em termos absolutos, a um decréscimo de 3.549.801,29 euros. Não obstante, verifica-se uma melhoria da eficiência operacional, que se traduziu numa melhoria da margem bruta obtida em 2017, face ao ano anterior.

2.2. Investimentos

As políticas e programas de investimentos e desinvestimentos da Empresa estão em consonância com as diretrizes estabelecidas no plano estratégico da Empresa e ponderam as perspetivas de crescimento gizadas pelo *Management* em cada estágio de desenvolvimento organizacional.

2.3. Resultados

Para uma melhor apreciação da evolução da situação económica da Empresa, apresentamos em seguida o resultado das operações dos dois últimos exercícios:

(valores expressos em euros) ssos em euros

Resultado das operações	Período 2017			Período 2016		
	Quantias	Em % do volume de negócios	Varição face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios	Varição face ao período anterior
Volume de negócios	5 800 841,07	100,00%	(37,96)%	9 350 642,36	100,00%	32,82%
Outros rendimentos e gastos operacionais	(5 263 659,98)	(90,74)%	(39,63)%	(8 718 430,20)	(93,24)%	37,40%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	537 181,09	9,26%	(15,03)%	632 212,16	6,76%	(9,05)%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(95 282,53)	(1,64)%	(16,07)%	(113 529,03)	(1,21)%	(3,87)%
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	441 898,56	7,62%	(14,80)%	518 683,13	5,55%	(10,12)%
Resultados financeiros	(30 722,81)	(0,53)%	(3,70)%	(31 902,67)	(0,34)%	48,20%
Resultado antes de imposto (RAI)	411 175,75	7,09%	(15,53)%	486 780,46	5,21%	(12,38)%
Imposto sobre rendimento do período	(100 770,63)	(1,74)%	(10,16)%	(112 164,47)	(1,20)%	(9,29)%
Resultado líquido do período	310 405,12	5,35%	(17,14)%	374 615,99	4,01%	(13,26)%

Observa-se que o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI) registou um decréscimo face ao exercício anterior, de cerca de 95.031,07 euros, devido à redução significativa do volume de negócio. No entanto, verifica-se que o seu peso percentual em relação ao volume de negócios sofreu um crescimento, passando de 6,76% (em 2016) para 9,26% (em 2017), devido maioritariamente à melhoria verificada na margem operacional da H-TECNIC. A margem operacional da H TECNIC, em termos percentuais, registou um aumento de 2,07%, principalmente devido à redução significativa dos gastos operacionais relacionados com subcontratos.

Observa-se igualmente que o resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO) apresenta uma redução em termos absolutos de 76.784,57 euros face a 2016, não obstante, representa em 2017, 7,62% das vendas, enquanto em 2016 representava 5,5%.

O resultado antes de imposto (RAI) registou um decréscimo de 15,53% face ao período anterior, o que correspondeu a uma variação negativa de 75.604,71 euros.

Tendo em conta as variações atrás mencionadas, verificou-se uma redução de 17,14% nos Resultados Líquidos da H TECNIC face a 2016, a que corresponde, um decréscimo em valor de 64.210,87 euros, decorrente da quebra verificada na atividade.

Situação patrimonial

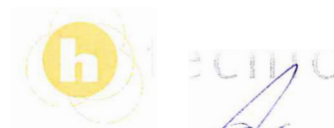
(valores expressos em euros)

Balço funcional		31.12.2017	31.12.2016
Ativos não correntes	1	1 623 441,04	1 679 162,41
Passivos não correntes	2		
Capitais próprios	3	4 357 941,40	4 047 536,28
Fundo de maneio	4 = 2 + 3 - 1	2 734 500,36	2 368 373,87
Caixa e equivalentes de caixa	5	3 100 938,07	3 430 091,51
Dívida financeira corrente	6		
Tesouraria líquida	7 = 5 - 6	3 100 938,07	3 430 091,51
Necessidades cíclicas - Restantes ativos correntes	8	3 269 413,28	3 153 550,79
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	9	3 635 850,99	4 215 268,43
Necessidades de fundo de maneio	10 = 8 - 9	(366 437,71)	(1 061 717,64)

Como se pode analisar pelo balanço funcional, a Empresa apresenta uma tesouraria líquida positiva, em 2017, de cerca de 3.100.938,07 euros, valor inferior em 329.153,44 euros face ao registado em 2016 (3.430.091,51 euros). Por seu turno a Empresa não revela necessidades de fundo de maneio, uma vez que os seus recursos cíclicos disponíveis, são superiores em 366.437,71 euros às necessidades cíclicas.

A performance da Empresa pode ser traçada pelos seguintes principais indicadores:

Indicadores de Rentabilidade		31.12.2017	31.12.2016
Rentabilidade dos capitais próprios	R. Líquido/Capitais próprios	7,1%	9,3%
Rentabilidade das vendas	R. Líquido/Volume de negócios	5,4%	4,0%
Indicadores de Estrutura		31.12.2017	31.12.2016
Autonomia Financeira	Capitais próprios/Ativo	54,5%	49,0%
Solvabilidade	Capitais próprios/Passivo+I.Minorit.	119,9%	96,0%
Indicadores de Liquidez		31.12.2017	31.12.2016
Liquidez geral	Ativo corrente/Passivo corrente	1,8	1,6
Liquidez imediata	Caixa e depósitos + act. fin. correntes e detidos para negociação/Passivo corrente	0,9	0,8



Os indicadores de rentabilidade são positivos, mas revelam uma quebra ao nível da rentabilidade de capitais próprios (7,1% em 2017 *versus* 9,3% em 2016). Já em termos de rentabilidade das vendas, verifica-se um ligeiro aumento na eficiência operacional (5,4% em 2017 *versus* 4,0% em 2016).

No que concerne aos indicadores de estrutura financeira, observa-se que os rácios de autonomia financeira e de solvabilidade, em 2017, registaram um crescimento, o que se deve, por um lado, à diminuição do ativo corrente e, por outro, devido à redução do passivo operacional (registo de uma redução acentuada na rubrica de Fornecedores).

Em termos dos indicadores de liquidez, o rácio de liquidez geral apresenta níveis ligeiramente superiores aos atingidos no período anterior, devido à redução do passivo corrente não acompanhado em igual proporção pela redução do ativo corrente. O facto deste rácio se situar acima da unidade é um indicador positivo sobre a situação de tesouraria da Empresa. O rácio de liquidez imediata (que desconsidera o saldo de clientes) situa-se abaixo da unidade - com o valor de 0,9 – encontrando-se ligeiramente acima do valor registado no período anterior (0,8 em 2016).

3. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial do Grupo.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, o Grupo está exposto a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
 - Risco de taxa de juro
 - Risco de taxa de câmbio
 - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho do Grupo.



Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, o Grupo não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais o Grupo se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial do Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros contratados a taxa fixa ou a taxa variável. No primeiro caso, o Grupo enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses ativos ou passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). No segundo caso, tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos/pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

De forma a gerir o risco de taxa de juro, o Grupo procura manter uma carteira variada de empréstimos concedidos e obtidos de taxa de juro fixa e de taxa variável.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.



O Grupo encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne às seguintes atividades:

- Atividade Operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar;
- Atividades de financiamento.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas procedimentos e controlos estabelecido pelo Grupo;
- Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios de avaliação interna;
- A qualidade de crédito de cada cliente é avaliada com base em notações de crédito fornecidas por empresas especializadas externas;
- Os valores em dívida são regularmente monitorizados e os fornecimentos para os clientes mais significativos estão normalmente cobertos por garantias.

4. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram quaisquer acontecimentos relevantes após a data do Balanço.

5. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

5.1. CENÁRIO MACROECONÓMICO

Em 2017 assistimos a uma consolidação das contas públicas e à estabilidade do sistema financeiro, que permitiu um regresso de Portugal aos mercados financeiros externos, implementando um conjunto de reformas estruturais, com vista, ao incremento da competitividade da economia nacional.

O aumento do contributo da procura interna, com a aceleração do investimento contribuiu para uma melhoria do PIB, registando um aumento de 1,2 pontos percentuais face a 2016, fixando-se em 2,7%. Para o período de 2018 a 2020 prevê-se que a economia portuguesa mantenha o processo de expansão, contudo a um ritmo menor, neste sentido a evolução do PIB em Portugal irá aproximar-se da média registada na Zona Euro.

A economia irá manter a sua capacidade de financiamento em percentagem do PIB ao longo do horizonte de projeção, tal como previsto. O aumento da capacidade de financiamento demonstra hipóteses favoráveis relativas à evolução dos juros da dívida pública e, em 2018, ao perfil de recebimentos de fundos estruturais da União Europeia.



A generalidade das previsões avançadas, para 2018, apresenta uma evolução favorável para o setor da Construção. A Comissão Europeia prevê um crescimento de 3,2% no investimento em construção, enquanto a FEPIOP antecipa uma progressão favorável na ordem dos 4,5% no produto do setor.

5.2. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO DA EMPRESA

A atividade económica em Portugal continua a demonstrar sinais de recuperação, alavancada em indicadores positivos, nomeadamente, variações positivas das taxas de crescimento do PIB, em contrapartida com as desejáveis e consecutivas diminuições da taxa de desemprego. Não obstante, o atual Executivo tem vindo a preconizar um esforço de contenção orçamental com vista à retirada do país do procedimento por défice excessivo, o que influencia negativamente as expectativas de crescimento económico para os próximos anos por parte das entidades internacionais.

O segmento da construção de edifícios residenciais deverá crescer 7,0% esperando-se que venha a constituir o principal impulso para o crescimento do Setor em 2018. Tendo sido o segmento que sofreu a maior quebra de produção desde 2002 (-80% ao longo de 13 anos consecutivos), é igualmente aquele que começou a recuperar de forma mais consistente desde 2015, apresentando as taxas de crescimento anuais mais elevadas desde então. Também para 2018 a sua evolução deverá ser a mais positiva de entre os diversos tipos de trabalhos. A sua componente dos trabalhos de reparação/manutenção será a mais dinâmica, antecipando-se um crescimento de 9,7% para a sua produção em 2018, enquanto a construção nova, evidenciando uma trajetória positiva desde 2015, deverá manter-se mais moderada, com um crescimento previsto de 5,2%.

A produção do segmento dos trabalhos de engenharia civil deverá registar um crescimento de 4,0% (valor inferior ao observado em 2017). A conclusão dos muitos trabalhos desenvolvidos aquando das eleições autárquicas que tiveram lugar em outubro de 2017 será uma das principais causas do abrandamento do ritmo de crescimento deste tipo de obras.

Em contrapartida, o anunciado reforço do investimento público, já refletido na proposta de Orçamento do Estado para 2018, deverá vir a compensar parte da redução de produção daí resultante. Por último, a construção de edifícios não residenciais deverá subir a uma taxa de 2,8% ao longo do ano, com a componente pública a crescer a um ritmo superior ao da componente privada (4,0% e 2,0%, respetivamente). Também os trabalhos desenvolvidos por este segmento da construção beneficiarão do reforço do investimento público, que se espera venha a concretizar-se, em parte, em programas de recuperação de edifícios públicos, nomeadamente escolas e edifícios da área da saúde. Para a componente privada deste segmento antecipa-se um crescimento igual ao da média dos dois anos anteriores, i.e. 2,0%, apresentando-se em linha com o crescimento esperado para a economia.



O Grupo HCI possui um vasto *know-how* acumulado, que lhe permite encarar e capitalizar com confiança os desafios e as oportunidades de 2018, baseando-se sobretudo nos segmentos de infraestruturas e reabilitação de edifícios públicos.

Deste modo, o *Management* e respetivos colaboradores continuarão empenhados em assegurar um crescimento sustentável da Empresa, criando valor para todos os *stakeholders* e, em particular, para os seus acionistas, observando uma grande disciplina estratégica e um forte rigor financeiro e operacional.

6. NÚMERO E VALOR NOMINAL DAS AÇÕES PRÓPRIAS DETIDAS

Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício 2017.

7. AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS NOS TERMOS DO ARTIGO 397.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

No exercício de 2017, não se registaram quaisquer operações abrangidas pelo disposto no artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais (Negócios com a Sociedade).

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que o Resultado Líquido apurado no exercício, no montante de 310.405,12 euros, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados:	310.405,12 Euros
-------------------------	------------------

9. EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE

No exercício de 2017, a sociedade não detinha qualquer Sucursal.

10. DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS E ACORDOS DE PAGAMENTO

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas, para efeito do Decreto-Lei 543/80, de 7 de Novembro, e Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, respetivamente.



11. AGRADECIMENTOS

Por fim, queremos expressar uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores da H TECNIC – CONSTRUÇÕES, Lda. pelo esforço e dedicação demonstrados e aos nossos clientes, fornecedores e instituições de crédito pela confiança depositada na Empresa.

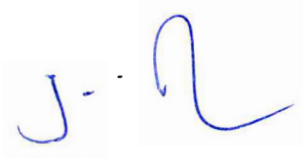
Como corolário do esforço conjunto fomos distinguidos como PME Líder 2017 pelo IAPMEI e obtivemos o galardão Índice da Excelência.

Lisboa, 31 de Maio de 2018

A Administração:



José Maria Pereira Coelho



João António C. Farinha



certifica-se que a empresa **H Tecnic Construções, Lda** foi distinguida pelo IAPMEI, pela qualidade do seu desempenho e perfil de risco, como **PME Líder 2017**.

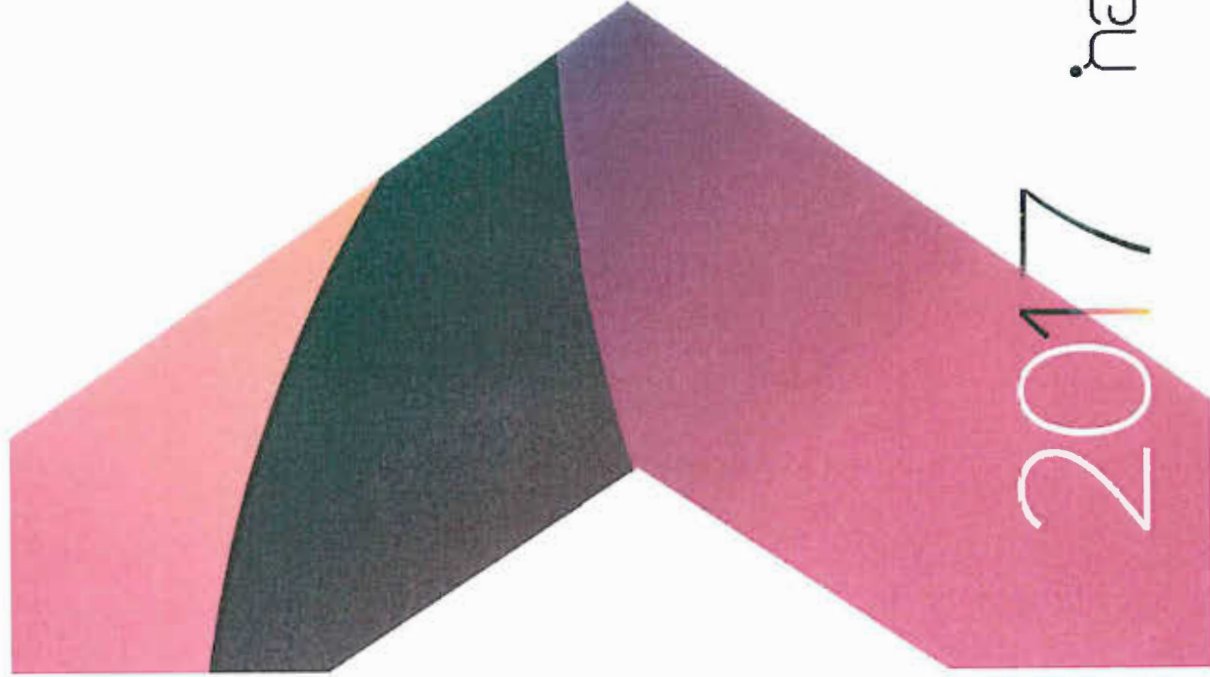
13 de Novembro de 2017



Jorge Marques dos Santos

Presidente do Conselho Diretivo do IAPMEI





Diploma

A Neves de Almeida | HR Consulting,
o INDEG-ISCTE, a Human Resources Portugal e a Executive
Digest agradecem a participação e têm a honra de atribuir a
seguinte distinção:

H TECNIC CONSTRUÇÕES
Vencedor
Construção, Infra-Estruturas,
Transportes e Logística
Pequenas Empresas

ÍNDICE DA
EXCELÊNCIA

2017

na | neves de almeida
hr consulting

Human
Resources
Portugal

Executive
DIGEST

PARCEIROS DA EXCELÊNCIA

INDEG | ISCTE
Executive Education





BALANÇO

**H-TECNIC - Construções, Lda.****BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Montantes expressos em euros)*

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2017	31 Dezembro 2016
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	642 960,36	696 216,61
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	4 480,68	6 945,80
Outros investimentos financeiros	5 / 9	976 000,00	976 000,00
Total do ativo não corrente		<u>1 623 441,04</u>	<u>1 679 162,41</u>
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	7	-	-
Clientes	5 / 14.1	1 743 695,81	1 269 045,77
Estado e outros entes públicos	15.1	102 152,33	47 659,67
Outros créditos a receber	14.3	1 406 134,81	1 830 109,46
Diferimentos	14.4	17 430,33	6 735,89
Caixa e depósitos bancários	4	3 100 938,07	3 430 091,51
Total do ativo corrente		<u>6 370 351,35</u>	<u>6 583 642,30</u>
Total do ativo		<u><u>7 993 792,39</u></u>	<u><u>8 262 804,71</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	13	240 000,00	240 000,00
Reservas legais	13	51 957,00	51 957,00
Outras reservas	13	1 532 956,42	1 532 956,42
Resultados transitados	13	2 260 847,15	1 886 231,16
Ajustamentos / Outras variações de capitais próprios	13	(38 224,29)	(38 224,29)
Excedentes de revalorização		4 047 536,28	3 672 920,29
Resultado líquido do período		<u>310 405,12</u>	<u>374 615,99</u>
Interesses que não controlam		4 357 941,40	4 047 536,28
Total do capital próprio		<u>4 357 941,40</u>	<u>4 047 536,28</u>
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	5 / 14.2	3 144 663,61	3 850 860,13
Estado e outros entes públicos	15.1	42 906,37	30 771,51
Outras dívidas a pagar	14.3	297 138,81	315 413,58
Diferimentos	10 / 14.4	151 142,20	18 223,21
Total do passivo corrente		<u>3 635 850,99</u>	<u>4 215 268,43</u>
Total do passivo		<u>3 635 850,99</u>	<u>4 215 268,43</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>7 993 792,39</u></u>	<u><u>8 262 804,71</u></u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



[Handwritten signature]
h

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS



n

H-TECNIC - Construções, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	5 / 11	5 800 841,07	9 350 642,36
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	(2 465,12)	2 788,28
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(556 167,17)	(446 655,60)
Fornecimentos e serviços externos	15.2	(3 331 395,78)	(7 065 128,49)
Gastos com o pessoal	15.3	(1 334 714,64)	(1 174 729,06)
Outros rendimentos	15.4	900,55	197,92
Outros gastos	15.4	(39 817,82)	(34 903,25)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		537 181,09	632 212,16
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	(95 282,53)	(113 529,03)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		441 898,56	518 683,13
Juros e rendimentos similares obtidos	11 / 15.5	9,90	174,56
Juros e gastos similares suportados	15.5	(30 732,71)	(32 077,23)
Resultado antes de impostos		411 175,75	486 780,46
Imposto sobre o rendimento do período	12	(100 770,63)	(112 164,47)
Resultado líquido do período		310 405,12	374 615,99

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



[Handwritten signature]
n

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

**H-TECNIC - Construções, Lda.**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados		5 800 841,07	9 350 642,36
Custo das vendas e dos serviços prestados		<u>(5 222 277,59)</u>	<u>(8 686 513,15)</u>
Resultado bruto		578 563,48	664 129,21
Outros rendimentos		(1 564,57)	2 986,20
Outros gastos		<u>(135 100,35)</u>	<u>(148 432,28)</u>
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		<u>441 898,56</u>	<u>518 683,13</u>
Gastos de financiamento (líquidos)		<u>(30 722,81)</u>	<u>(31 902,67)</u>
Resultados antes de impostos		<u>411 175,75</u>	<u>486 780,46</u>
Imposto sobre o rendimento do período		<u>(100 770,63)</u>	<u>(112 164,47)</u>
Resultado líquido do período		<u><u>310 405,12</u></u>	<u><u>374 615,99</u></u>
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		-	-
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa mãe		310 405,12	374 615,99
Interesses minoritários		<u>310 405,12</u>	<u>374 615,99</u>

Contabilista Certificado

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por funções

O Conselho de Administração



[Handwritten signature]
h

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO



H-TECNIC - Construções, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2016

(Montantes expressos em euros)

Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										
Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
	240 000,00	51 957,00	1 532 956,42	1 454 945,49	-	(38 224,52)	431 885,90	3 672 920,29	-	3 672 920,29
Posição no início do período 2016										
Alterações no período:										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos					(0,23)	0,23				
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:										
Aplicação do resultado do exercício anterior				431 885,90			(431 885,90)			
	240 000,00	51 957,00	1 532 956,42	1 886 231,16	-	(38 224,29)	-	3 672 920,29	-	3 672 920,29
Resultado líquido do período										
Resultado integral										
							374 615,99	374 615,99		374 615,99
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições (dividendos)										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
	240 000,00	51 957,00	1 532 956,42	1 886 231,16	-	(38 224,29)	374 615,99	4 047 536,28	-	4 047 536,28
Posição no fim do período 2016										

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio.

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**H-TECNIC - Construções, Lda.****DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO****NO PERÍODO 2017***(Montantes expressos em euros)*

Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe							Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no			
	240 000,00	-	51 957,00	1 532 956,42	1 886 231,16	-	(38 224,29)	374 615,99	-	4 047 536,28
Posição no início do período 2017										
Alterações no período:										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:					374 615,99			(374 616)		
Aplicação do resultado do exercício anterior										
	240 000,00	-	51 957,00	1 532 956,42	2 260 847,15	-	(38 224,29)	310 405,12	-	4 047 536,28
Resultado líquido do período								310 405,12		310 405,12
Resultado integral								310 405,12		310 405,12
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
	240 000,00	-	51 957,00	1 532 956,42	2 260 847,15	-	(38 224,29)	310 405,12	-	4 357 941,40
13										

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio.

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



[Handwritten signature]
[Handwritten 'h']

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

**H-TECNIC - Construções, Lda.****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Montantes expressos em euros)*

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	5 326 191,03	8 876 520,42
Pagamentos a fornecedores	(4 593 759,47)	(4 157 615,89)
Pagamentos ao pessoal	(1 329 328,05)	(1 174 729,04)
Caixa gerada pelas operações	(596 896,49)	3 544 175,49
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(143 128,43)	425 627,98
Outros recebimentos / pagamentos	488 497,75	(1 532 505,87)
Fluxos das atividades operacionais [1]	<u>(251 527,17)</u>	<u>2 437 297,60</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(46 903,46)	(19 957,38)
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos	(46 903,46)	(19 957,38)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		116,89
Outros ativos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	9,90	174,56
Dividendos		9,90
Fluxos das atividades de investimento [2]	<u>(46 893,56)</u>	<u>(19 665,93)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	(30 732,71)	(32 077,23)
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento	(30 732,71)	(32 077,23)
Fluxos das atividades de financiamento [3]	<u>(30 732,71)</u>	<u>(32 077,23)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(329 153,44)	2 385 554,44
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 430 091,51	1 044 537,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>3 100 938,07</u>	<u>3 430 091,51</u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'J. A. S.', and a large handwritten letter 'n' below it.

ANEXO



1. Identificação da entidade

Designação da entidade: H TECNIC – Construções, Lda.

Sede: Avenida Av. David Mourão Ferreira, nº 14 A, Distrito: Lisboa; Concelho: Lisboa; Freguesia: Lumiar; Código postal: 1750-204 Lisboa.

NIF: 506155218

Natureza da atividade: Reabilitação de património e reforço de estruturas.

Designação da empresa-mãe: H-MBO II SGPS, SA

Sede da empresa-mãe: Avenida Almirante Gago Coutinho, nº 131, Distrito: Lisboa; Concelho: Lisboa; Freguesia: São João de Brito; Código postal: 1700-029 Lisboa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2009 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015) e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consideradas respetivamente nos avisos 8254/2015, 8256/2015, e 8258/2015 de 29 de Julho de 2015 (adiante designadas por NCRF).

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2017, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das

alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Empresa adotou as Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

Principais bases de mensuração	Inicial	Subsequente
Ativos fixos tangíveis	Custo	Custo menos as depreciações, estas são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
Rédito	O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.	
Impostos sobre o rendimento	Os impostos sobre rendimentos são calculados de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.	
Instrumentos Financeiros	Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios: (i) Clientes: as dívidas de clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade, (ii) Outras dívidas de terceiros: ao custo, (iii) Fornecedores e de outros terceiros: estas dívidas encontram-se mensuradas pelo método do custo, (iv) Empréstimos: registados no passivo pelo custo, (v) Periodizações: as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outros créditos a receber», «Outras dívidas a pagar» e «Diferimentos», (vi) Caixa e depósitos bancários: correspondem aos valores imediatamente realizáveis e (vii) Benefícios de empregados: são reconhecidas como gastos no período (incluindo o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte) em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.	
Contratos de construção	O rédito do contrato compreende (i) a quantia inicial de rédito acordada no contrato e (ii) as variações no trabalho, reclamações e pagamentos de incentivos do contrato, até ao ponto em que seja provável que resultem em rédito e estejam em condições de ser fiavelmente mensurados. O rédito do contrato é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Quando o desfecho de um contrato de construção possa ser fiavelmente estimado, o rédito e os custos associados deverão ser imputados aos diferentes períodos de acordo com o método da percentagem de acabamento, segundo o qual o rédito e os custos do contrato são reconhecidos na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho com o qual se relacionam seja executado.	

As taxas utilizadas correspondem às taxas permitidas e legalmente em vigor, com base na aplicação do Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Dezembro, Série I, n.º 177, variando de acordo com os seguintes períodos:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
	Terrenos	Edifícios				
Vidas úteis	-	10-20 anos	1-14 anos	4 anos	3-5 anos	4-10 anos
Taxas de depreciação	-	5,00% - 10,00%	7,14% - 100,00%	0,25	20,00% - 33,33%	10,00% - 25,00%
Métodos de depreciação	-	Quotas constantes, por duodécimos	Quotas constantes, por duodécimos	Quotas constantes, por duodécimos	Quotas constantes, por duodécimos	Quotas constantes, por duodécimos

A moeda de relato utilizada neste anexo é o Euro.

3.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

4. Fluxos de caixa

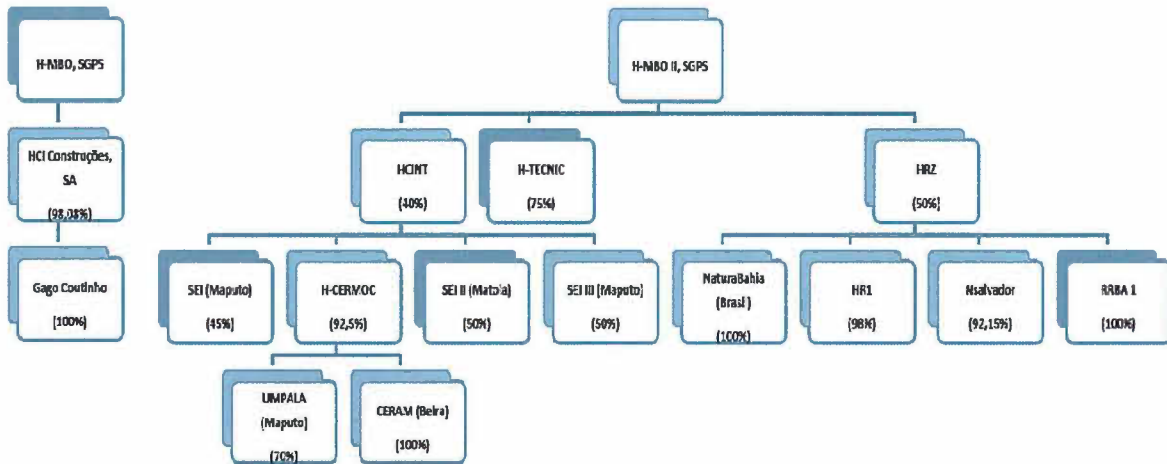
Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2017			31.12.2016		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	7 864,05		7 864,05	11 118,37		11 118,37
	Subtotais	7 864,05		7 864,05	11 118,37		11 118,37
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	3 093 074,02		3 093 074,02	3 418 973,14		3 418 973,14
	Subtotais	3 093 074,02		3 093 074,02	3 418 973,14		3 418 973,14
Totais		3 100 938,07		3 100 938,07	3 430 091,51		3 430 091,51

5. Partes relacionadas

A H TECNIC – Construções, Lda. é uma subsidiária da H-MBO II, SGPS, SA, fazendo parte do Grupo H-MBO o qual tem a seguinte configuração:



As transações realizadas com partes relacionadas apresentam a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas		31.12.2017			31.12.2016		
		Saldos pendentes em 31.12.2016			Saldos pendentes em 31.12.2015		
		Clientes	Outros ativos financeiros	Fornecedores	Clientes	Outros ativos financeiros	Fornecedores
Empresa-mãe	H-MBO, SGPS						
	Subtotais						
Outras partes relacionadas	HCI Construções SA	832 074,55		(2 629 331,61)	587 253,54	(3 591 508,06)	
	HCINT - Empreendimentos Internacionais, Lda		976 000,00		10 683,23	976 000,00	
	Subtotais	832 074,55	976 000,00	(2 629 331,61)	597 936,77	(3 591 508,06)	
Totais		832 074,55	976 000,00	(2 629 331,61)	597 936,77	(3 591 508,06)	

Durante o ano de 2014, a HCI Construções, S.A. cedeu a sua participação financeira na H-TECNIC, Construções Lda, à H-MBO SGPS, S.A e, no mesmo ano, a H-TECNIC, Construções Lda. adquiriu 15,25% do capital social da HCINT – Empreendimentos Internacionais, Lda.

6. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e ajustamentos, foi o seguinte:

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Em 01.01.2016	Quantias brutas escrituradas		610 030	95 566,47	426 418,50	179 325,49	301 783,69	1 613 124,15
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(12 200,60)	(91 304,71)	(284 179,13)	(168 881,68)	(266 769,77)	(823 335,89)
	Quantias líquidas escrituradas		597 829	4 261,76	142 239,37	10 443,81	35 013,92	789 788,26
Adições				1 727,93		9 550,54	8 678,91	19 957,38
Depreciações			(12 200,60)	(3 009,27)	(69 572,82)	(10 117,05)	(18 629,29)	(113 529,03)
Em 31.12.2016 (01.01.2017)	Quantias brutas escrituradas		610 030,00	97 294,40	426 418,50	188 876,03	310 462,60	1 633 081,53
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(24 401,20)	(94 313,98)	(353 751,95)	(178 998,73)	(285 399,06)	(936 864,92)
	Quantias líquidas escrituradas		585 628,80	2 980,42	72 666,55	9 877,30	25 063,54	696 216,61
Adições				2 519,25	23 286,47	17 012,48	4 085,26	46 903,46
Alienações, sinistros e abates					(24 508,78)			(24 508,78)
Depreciações			(12 440,09)	(3 336,51)	(52 194,01)	(11 772,19)	(15 539,73)	(95 282,53)
Transferência Depreciações Acumuladas					19 631,60			19 631,60
Em 31.12.2017	Quantias brutas escrituradas		610 030,00	99 813,65	425 196,19	205 888,51	314 547,86	1 655 476,21
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(36 841,29)	(97 650,49)	(386 314,36)	(190 770,92)	(300 938,79)	(1 012 515,85)
	Quantias líquidas escrituradas		573 188,71	2 163,16	38 881,83	15 117,59	13 609,07	642 960,36

7. Inventários

No quadro seguinte apresentam-se as quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período:

(valores expressos em euros)

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período			2017		2016		
			Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período	+					
	Compras	Compras	+	556 167,17	556 167,17	446 655,60	446 655,60
		Devoluções de compras	-				
		Descontos e abatimentos em compras	-				
	Inventários no fim do período	-					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=	556 167,17	556 167,17	446 655,60	446 655,60	
Perdas em inventários		+					
Ofertas e amostras de inventários		+					
Totais		=	556 167,17	556 167,17	446 655,60	446 655,60	

8. Investimentos associadas – Método de Equivalência Patrimonial

Nas demonstrações financeiras individuais da H-TECNIC, encontra-se registado o seguinte investimento na empresa associada:

(valores expressos em euros)

Listagem dos investimentos significativos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas			País de constituição / sede social	Interesse nas Investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período
				Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto		
Período 2017	Associadas	HCINT - Empreendimentos Internacionais, Lda	Portugal	15,25%	15,25%	M.E.P.	4 480,68
		Subtotais					4 480,68
		Totais					4 480,68

O investimento em causa na empresa associada foi contabilizado usando o método de equivalência patrimonial, uma vez que existe explícita influência da H-TECNIC sobre a H-CINT, uma vez que os membros da Administração são comuns.

Neste método o investimento numa entidade é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data de aquisição. A parte do investidor nos resultados da investida é reconhecida nos resultados do investidor. As distribuições recebidas de uma investida reduzem a quantia escriturada do investimento.

Durante o ano de 2014, a H-TECNIC adquiriu 15,25% do capital social da HCINT, Empreendimentos Internacionais, Lda.

(valores expressos em euros)

Investimentos e desinvestimentos em subsidiárias e associadas			Quantia escriturada dos investimentos no início do período	Aquisições	Parte no resultado	Variações nos capitais próprios	Alienações	Imparidade	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período
Período 2017	Investimentos reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial	HCINT - Empreendimentos Internacionais, Lda	6 945,80		(2 465,12)				4 480,68
		Subtotais	6 945,80	0,00	(2 465,12)	0,00	0,00	0,00	4 480,68
		Totais	6 945,80	0,00	(2 465,12)	0,00	0,00	0,00	4 480,68
Período 2016	Investimentos reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial	HCINT - Empreendimentos Internacionais, Lda	4 274,41		2 788,28	(116,89)			6 945,80
		Subtotais	4 274,41	0,00	2 788,28	(116,89)	0,00	0,00	6 945,80
		Totais	4 274,41	0,00	2 788,28	(116,89)	0,00	0,00	6 945,80

9. Outros ativos financeiros

Contempla um empréstimo concedido à sociedade HCINT, Empreendimentos Internacionais, LDA no montante de 976.000 euros.

10. Contratos de construção

A empresa adota o método da percentagem de acabamento para o reconhecimento dos réditos e dos gastos das obras em curso.

Segundo este método, o rédito contratual é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento, resultando no relato de rédito, gastos e lucros que possam ser atribuíveis à proporção de trabalho concluído. O rédito e os custos dos contratos associados ao contrato de construção são reconhecidos na demonstração dos resultados, como rédito e gastos, respetivamente, nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado, qualquer excesso esperado dos custos totais do contrato sobre os réditos totais do contrato é reconhecido imediatamente como um gasto.

Os custos esperados de garantias a clientes previstas em contratos de construção, é anualmente apurado pelo volume de produção anual e o histórico de gastos suportados com as obras em período de garantia. No

entanto, dado que a H TECNIC – Construções, Lda. não regista qualquer historial com gastos incorridos durante o período de garantia, não se encontra reconhecida qualquer provisão nos exercícios de 2016 e 2017.

Apresenta-se adiante a síntese da posição das obras em curso no final do exercício de 2017:

(valores expressos em euros)

Produção Orçamento	Custos Orçamento	Produção Real	Custo Real	Prod. Dif	Acresc. Prod.
2 257 899,55	1 930 390,95	1 808 908,28	1 531 208,47	151 142,20	109 282,86

11. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Para o reconhecimento dos réditos e dos gastos das obras relativas aos contratos de construção em curso foi adoptado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada exercício, os réditos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na Demonstração dos Resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos suportados até à data do Balanço e os custos totais estimados das obras.

As diferenças entre os réditos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas Outros ativos correntes ou Diferimentos, consoante a natureza da diferença.

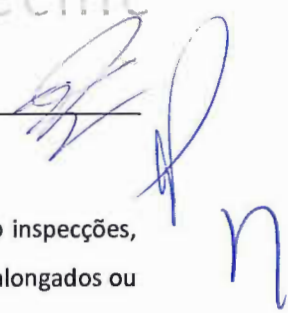
O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2017			Período 2016		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Prestação de serviços	5 800 841,07	100,00%	(37,96%)	9 350 642,36	100,00%	32,82%
Juros	9,90	0,00%	(94,33%)	174,56	0,00%	2314,38%
Totais	5 800 850,97	100,00%	(37,96%)	9 350 816,92	100,00%	32,82%

12. Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando



tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade, dos anos de 2013 a 2017, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

É entendimento da Administração da Empresa que eventuais correções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais a estas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

(valores expressos em euros)

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos		Período 2017			Período 2016		
		Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período	310 405,12			374 615,99		
	Gastos/(rendimentos) de impostos	100 770,63			112 164,47		
	Resultado antes de impostos	411 175,75	24,51%	100 770,63	486 780,46	23,04%	112 164,47
Ajustamentos para Lucro/(Prejuízo fiscal)		4 400,76			47 336,04		
Lucro/(Prejuízo fiscal)		415 576,51			534 116,50		
Dedução de perdas fiscais							
Matéria coletável / colecta		415 576,51	24,25%	100 770,63	534 116,50	21,00%	112 164,47
Outras componentes do imposto (derrama, tributação autónoma, etc.)							
Imposto corrente				100 770,63			112 164,47
Imposto diferido							
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efetiva média		411 175,75	24,51%	100 770,63	486 780,46	23,04%	112 164,47

(valores expressos em euros)

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos			2017			2016		
			Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais	Demonstração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	Totais
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores			1					
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente		2	(100 770,63)	(100 770,63)	(112 164,47)	(112 164,47)	
		(Gastos)/rendimentos por impostos diferidos	3					
	Imposto diferido							
	Imposto sobre o rendimento do período		4 = 2 + 3		(100 770,63)	(100 770,63)	(112 164,47)	(112 164,47)
Totais			5 = 1 + 4	(100 770,63)	(100 770,63)	(112 164,47)	(112 164,47)	

13. Capital Próprio

O capital realizado encontra-se inteiramente subscrito e realizado.

A constituição da reserva legal respeita o disposto no artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais.

As restantes rúbricas de capital próprio encontram-se detalhadas no Mapa de Alterações ao Capital Próprio, apresentado previamente nas Demonstrações Financeiras.

14. Instrumentos financeiros

14.1 Clientes

Apresenta-se em seguida reconciliação entre as quantias brutas e líquidas da conta de clientes relativas aos exercícios de 2016 e 2017:

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos sujeitos a perdas de imparidade	31.12.2017			31.12.2016				
	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Clientes	1 768 304,81		(24 609,00)	1 743 695,81	1 293 654,77		(24 609,00)	1 269 045,77
Totais	1 768 304,81		(24 609,00)	1 743 695,81	1 293 654,77		(24 609,00)	1 269 045,77

O detalhe das imparidades e respetivas reversões reconhecidas durante o período encontra-se espelhado no quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Perdas por imparidade	Acumuladas em 01.01.2016	Reconhecidas no período	Revertidas no período	Acumuladas em 31.12.2016 (01-01-2017)	Reconhecidas no período	Revertidas no período	Regularização de incobráveis	Acumuladas em 31.12.2017
Clientes	(24 609,00)			(24 609,00)				(24 609,00)
Totais	(24 609,00)			(24 609,00)				(24 609,00)

14.2 Fornecedores

O detalhe da rubrica de Fornecedores em 2016 e 2017 foi o seguinte:

(valores expressos em euros)

Fornecedores		31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores - Conta Corrente	Outros	211 790,35	259 352,07
	Partes Relacionadas	2 932 873,26	3 591 508,06
Total		3 144 663,61	3 850 860,13

14.3 Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

(valores expressos em euros)

Outros créditos a receber			31.12.2017	31.12.2016
Outros créditos a receber	Pessoal	Ao Pessoal	0,00	2 511,73
		Subtotais	0,00	2 511,73
	Devedores por acréscimos de rendimentos	Diversos	109 282,86	173 998,02
		Subtotais	109 282,86	173 998,02
	Outros Devedores e Credores	Diversos	1 296 851,95	1 653 599,71
		Subtotais	1 296 851,95	1 653 599,71
Total			1 406 134,81	1 830 109,46

(valores expressos em euros)

Outras dívidas a pagar			31.12.2017	31.12.2016
Outras dívidas a pagar	Pessoal	Aos Órgãos Sociais	7 170,11	2 194,00
		Subtotais	7 170,11	2 194,00
	Credores por acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	140 802,75	135 416,18
		Outros acréscimos de custos	149 165,95	168 931,85
		Subtotais	289 968,70	304 348,03
	Outros credores	Outros	0,00	8 871,55
		Subtotais	0,00	8 871,55
	Total			297 138,81

14.4 Diferimentos

Os saldos dos diferimentos (ativos e passivos) em 31.12.2016 e 31.12.2017 apresentavam a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Diferimentos Activos			31.12.2017	31.12.2016
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Outros custos diferidos	17 430,33	6 735,89
		Total	17 430,33	6 735,89
Diferimentos Passivos			31.12.2017	31.12.2016
Diferimentos	Rendimentos a reconhecer	Facturação Diferida	151 142,20	18 223,21
		Total	151 142,20	18 223,21

15. Outras informações

15.1 Outras informações

O saldo da conta Estados e outros entes públicos (saldo devedor e credor) a 31.12.2016 e a 31.12.2017 apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Estado e outros entes públicos		31.12.2017	31.12.2016
Saldo devedor	IVA - Imposto a recuperar	96 364,60	42 318,93
	IRC - Imposto estimado	5 787,73	5 340,74
	Total	102 152,33	47 659,67
Saldo credor	Retenção de impostos sobre rendimentos	21 277,88	11 141,65
	Contribuições para a Segurança Social	21 628,49	19 629,86
	Total	42 906,37	30 771,51

15.2 Fornecimentos e serviços externos

A conta "Fornecimentos e serviços externos" referente aos períodos de 2016 e 2017 apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e Serviços Externos	Período 2017	Período 2016
Subcontratos	2 286 921,76	5 937 396,94
Trabalhos Especializados	163 603,69	424 267,37
Publicidade e Propaganda	881,08	229,65
Vigilância e Segurança	25 018,79	18 535,63
Honorários	7 792,04	13 732,81
Conservação e Reparação	30 884,91	21 089,05
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	93 373,55	80 661,23
Materiais	5 244,67	4 605,48
Electricidade	5 013,09	1 842,73
Combustíveis	90 482,79	70 681,60
Água	3 639,11	624,97
Outros fluídos	3 196,01	10 559,02
Deslocações e Estadas	73 535,71	66 707,68
Transporte de Mercadorias	17 947,63	8 030,10
Rendas e Alugures	379 625,10	174 787,88
Comunicações	8 813,99	7 288,02
Seguros	40 952,46	23 515,06
Contencioso e Notariado	529,00	1 775,22
Despesas de Representação	20,00	
Limpeza, Higiene e Conforto	3 040,67	1 937,09
Outros Serviços	90 879,73	196 860,96
Totais	3 331 395,78	7 065 128,49

15.3 Gastos com pessoal

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Gastos com pessoal	Período 2017	Período 2016
Remunerações Órgãos Sociais	191 322,16	187 635,73
Remunerações do Pessoal	927 463,23	792 977,40
Encargos com Remunerações	192 347,88	175 233,85
Seguros de Acidentes de Trabalho	18 138,56	14 295,36
Gastos de Acção Social	2 084,41	1 352,27
Outros Gastos com Pessoal	3 358,40	3 234,45
Totais	1 334 714,64	1 174 729,06

No exercício de 2017 a H-TECNIC registou um número médio de trabalhadores de 36 (o número médio de trabalhadores em 2016 foi de 34).

15.4 Outros rendimentos e outros gastos

As contas “Outros rendimentos e ganhos” e “Outros gastos e perdas” apresentaram a seguinte decomposição no período de 2016 e 2017:

(valores expressos em euros)

		Período 2017	Período 2016
Outros rendimentos	Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
	Descontos de Pronto Pagamento	250,15	197,92
	Rendimentos e Ganhos em subsidiárias	0,00	0,00
	Excesso de estimativa de imposto	0,00	0,00
	Correcções de exercícios anteriores	0,00	0,00
	Outros	650,40	0,00
	Total	900,55	197,92
Outros gastos	Correcções de exercícios anteriores	0,00	116,89
	Impostos e multas fiscais	11 717,76	12 368,82
	Insuficiência de estimativa	16 074,88	15 619,54
	Alienações	4 877,18	0,00
	Outros	7 148,00	6 798,00
	Total	39 817,82	34 903,25

15.5 Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados

As contas de juros referentes ao período de 2016 e 2017 apresentavam a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

		31.12.2017	31.12.2016
Juros e rendimentos similares obtidos	Juros e outros rendimentos financeiros	9,90	174,56
	Total	9,90	174,56
Juros e gastos similares suportados	Outros gastos e perdas financeiras	30 732,71	32 077,23
	Subtotal	30 732,71	32 077,23
	Total	30 732,71	32 077,23

16. Responsabilidades da empresa por garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2017, existiam garantias de obras prestadas a clientes no valor de 1.213.833,16 euros.

17. Acontecimentos após a data do balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 31 de Maio de 2018.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração.



Técnico responsável

João Paulo Oliveira Batista

A Administração

José Maria Pereira Coelho

João António C. Farinha



nic
[Handwritten signature]
[Handwritten 'h']

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



nic
[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



HC

RELATÓRIO E CONTAS 2017

n

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



nic

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS